

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012591-86.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Pulsos Excedentes**
Requerente: **José Carlos Bolpet**
Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter realizado viagem internacional e nesse período não utilizou dos serviços de internet da ré, porque os serviços permaneceram “off-line”. Sendo assim, somente utilizou redes “wifi”

Ressalvou, todavia, que quando recebeu as faturas com vencimento em setembro e outubro/16 constatou a tarifação de internet nos valores de R\$328,90 e 209,30 respectivamente.

Salientou que não concorda com essa cobrança porque não utilizou dos serviços de roaming, requerendo portando a devolução das quantias correspondentes.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como o autor ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente a regularidade das cobranças em apreço.

Isso porque seria de rigor que ela produzisse prova que confirmasse que efetivamente o autor utilizou dos serviços de roaming nos moldes que declinou, em contraposição ao relato de fl. 01.

Por outras palavras, tocava à ré comprovar que não bastasse os serviços estarem disponíveis, mas que efetivamente eles foram pelo autor utilizados.

Tocava à ré a demonstração pertinente, seja diante do que dispõe o art. 6º, inc. VIII, parte final, do Código de Defesa do Consumidor (cujos requisitos estão presentes), seja na forma do art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil, (não sendo exigível que o autor fizesse prova de fato negativo, em razão da não utilização dos serviços) mas ela não se desincumbiu desse ônus, seja porque não instruiu a peça de resistência com nenhum elemento que atuasse em seu favor, seja porque deixou claro que não tinha interesse em alargar a dilação probatória (fls. 77).

Ela reunia plenas condições para tanto, demonstrando que todos dados de internet foram utilizados pelo autor efetivamente, mas deixou de fazê-lo.

Nesse contexto, e considerando que o autor não dispunha de condições técnicas para demonstrar o contrário, a conclusão que se impõe é a de que inexistente lastro bastante a amparar as cobranças aqui versadas, de sorte que a sua devolução é medida que se impõe.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 627,90, acrescida de correção monetária, a partir de cada desembolso, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 16 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**